

Ronaldo Coelho Lamarão

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**De seu Reequilíbrio
Econômico-Financeiro à Luz
das Decisões do TCU e da AGU**

• Reajuste • Revisão • Repactuação

**3ª Edição
Revista e Atualizada de Acordo
a Instrução Normativa 05/2017**

Curitiba
Juruá Editora
2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – PRINCÍPIOS	17
1.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	18
1.1.1 Princípio da Legalidade	18
1.1.2 Princípio da Impessoalidade	19
1.1.3 Princípio da Moralidade	21
1.1.4 Princípio da Publicidade	23
1.1.5 Princípio da Eficiência	24
1.1.6 Princípio do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato	25
1.2 PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DA LICITAÇÃO	27
1.2.1 Princípio da Isonomia	27
1.2.2 Princípio da Seleção da Proposta Mais Vantajosa	29
1.2.3 Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	31
1.2.4 Princípio do Julgamento Objetivo	34
1.3 PRINCÍPIOS RECONHECIDOS	35
1.3.1 Princípio da Autotutela	35
1.3.2 Os Princípios Reconhecidos da Razoabilidade e da Proporcionalidade	38
1.3.2.1 Conceito e distinção entre eles	38
1.3.2.2 Da correta aplicação do princípio da proporcionalidade	40
1.3.2.2.1 Como se verificar a adequação de um ato administrativo	41
1.3.2.2.2 Como se verificar a necessidade de um ato administrativo	43
1.3.2.2.3 Como se verificar a proporcionalidade em sentido estrito de um ato administrativo	43
Capítulo II – PRINCÍPIOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	45
2.1 PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE	45

2.2	PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO.....	47
2.2.1	A Expressão Interesse Público.....	49
2.2.2	Da Colisão entre Direitos Individuais Fundamentais e Coletivos (Interesse Público)	50
2.2.3	Da Solução Apresentada para a Colisão entre Direitos Fundamentais e Interesses Públicos	53
2.3	PRINCÍPIO DA FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS (<i>PACTA SUNT SERVANDA</i>).....	57
2.4	PRINCÍPIO DA BOA-FÉ CONTRATUAL (BOA-FÉ OBJETIVA).....	59
Capítulo III – CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		65
3.1	A PRESENÇA DO PODER PÚBLICO	66
3.2	FINALIDADE PÚBLICA.....	68
3.3	OBEDIÊNCIA À FORMA PRESCRITA EM LEI E PROCEDIMENTO LEGAL.....	68
3.4	NATUREZA DO CONTRATO DE ADESÃO.....	71
3.5	NATUREZA <i>INTUITU PERSONAE</i>	71
3.6	PRESENÇA DE CLÁUSULAS EXORBITANTES.....	74
3.6.1	Alteração Unilateral do Contrato.....	75
3.6.1.1	O limite de 25% e 50% do art. 65, § 1º.....	77
3.6.2	Rescisão Unilateral do Contrato	83
3.6.3	Fiscalização	84
3.6.4	Sanções.....	85
3.6.5	Ocupação Provisória de Bens Móveis, Imóveis, Pessoal e Serviços.....	88
3.7	MUTABILIDADE	88
3.8	QUADRO COMPARATIVO ENTRE CONTRATOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	89
Capítulo IV – DO ROMPIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....		91
4.1	PRORROGAÇÃO DE PRAZOS	93
4.1.1	Alteração do Projeto ou Especificações pela Administração.....	94
4.1.2	Superveniência de Fato Excepcional ou Imprevisível	96
4.1.3	Aumento das Quantidades Inicialmente Previstas em Contrato	96
4.2	ALTERAÇÃO CONTRATUAL.....	97
4.2.1	Alteração Unilateral do Contrato.....	97

4.2.2 Alteração por Acordo entre as Partes	99
4.2.2.1 Substituição da garantia de execução	99
4.2.2.2 Modificação do regime de execução ou fornecimento.....	100
4.2.2.3 Modificação da forma de pagamento.....	103
4.2.2.4 Fatos imprevisíveis	104
4.3 ELEVAÇÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS E FISCAIS.....	105
4.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES	106
Capítulo V – CLÁUSULAS CONTRATUAIS NECESSÁRIAS.....	107
5.1 REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE PAGAMENTO.....	107
5.2 PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	107
5.3 PRAZOS E GARANTIAS	109
5.4 CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO.....	110
Capítulo VI – PESQUISA DE PREÇOS	113
Capítulo VII – O GÊNERO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	117
Capítulo VIII – REAJUSTE.....	121
8.1 REQUISITOS.....	123
8.2 REAJUSTE SÓ PARA MAIS?.....	124
8.3 ÍNDICE DO REAJUSTE	125
8.4 ELEIÇÃO ERRÔNEA DO ÍNDICE E AUSÊNCIA DA CLÁUSULA DE REAJUSTE.....	126
8.5 ÍNDICES X VARIAÇÃO CAMBIAL E SALÁRIO MÍNIMO	130
8.6 LICITAÇÃO POR ITENS	131
8.7 PERIODICIDADE E CONTAGEM DO PRAZO PARA O REAJUSTE.....	132
8.8 REGISTRO DO REAJUSTE	136
8.9 EXEMPLOS DE CLÁUSULAS DE REAJUSTE.....	136
8.10 APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DO REAJUSTE	138
Capítulo IX – REACTUAÇÃO.....	139
9.1 BASE LEGAL.....	142
9.2 PERIODICIDADE E CONTAGEM DO PRAZO.....	142
9.3 REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA REACTUAÇÃO.....	143
9.4 DA DIFERENÇA ENTRE REAJUSTE E REACTUAÇÃO	146
9.5 REACTUAÇÃO SEGUNDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2017 SLTI/MPOG.....	147
9.5.1 Reactuação nos Contratos Contemplando Várias Categorias	149

9.5.2	Contagem do Prazo e Periodicidade da Repactuação	150
9.5.3	Momento de Requerer e Perda do Direito	153
9.5.4	Momento da Vigência do Valor Repactuado.....	160
9.5.5	Registro da Repactuação	160
9.6	OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE A REPACTUAÇÃO NA IN 05/2017 ..	161
9.7	EXEMPLOS DE CLÁUSULAS DE REPACTUAÇÃO	162
Capítulo X	– ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA (OU ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA).....	165
Capítulo XI	– CORREÇÃO MONETÁRIA (OU COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)	167
Capítulo XII	– REVISÃO (REALINHAMENTO).....	171
12.1	CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR.....	173
12.2	FATO DO PRÍNCIPE	175
12.3	FATO DA ADMINISTRAÇÃO	176
12.4	INTERFERÊNCIAS IMPREVISTAS	177
12.5	REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA REVISÃO CONTRATUAL	177
12.6	OMISSÃO EDITALÍCIA QUANTO AO DIREITO À REVISÃO	180
12.7	REGISTRO DA REVISÃO	181
Capítulo XIII	– DESEQUILÍBRIO NO REGISTRO DE PREÇO	183
Capítulo XIV	– REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NA LEI 13.303/2016	189
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
	REFERÊNCIAS	197
	ÍNDICE REMISSIVO	201